

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 04/2020-PGJ/CGMP

Assunto: Nota Técnica nº 04/2020-CDDF (CNMP) - Acompanhamento do censo hospitalar previsto na Portaria MS nº 758, de 9 de abril de 2020.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO e a PROCURADORIA ESPECIALIZADA – DEFESA DA CIDADANIA E CONSUMIDOR, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010 e na Resolução nº 132/2017-CPJ;

CONSIDERANDO o disposto na Nota Técnica nº 4/2020 da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, por meio da qual sugere aos membros do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas para o acompanhamento do censo hospitalar previsto na Portaria MS nº 758, de 9 de abril de 2020;

RECOMENDAM, nos termos dos incisos IX do art. 16¹, VIII do art. 37², ambos da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010; e XII do art. 2º da Resolução nº 132/2017-CPJ³, a todos os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, especialmente àqueles com atribuições ligadas à defesa dos direitos do cidadão à saúde, que:

I - supervisionem as autoridades sanitárias e os estabelecimentos de saúde públicos e privados das respectivas comarcas que prestam serviços ao SUS, com relação ao cumprimento dos deveres de transparência ativa em relação às informações exigidas pela Portaria MS nº 758, de 9 de abril de 2020 (inclusive com possibilidade de vistoria in loco);

II - analisem a necessidade e a viabilidade da expedição de recomendação às autoridades sanitárias das respectivas comarcas para que, para fins de transparência pública ativa,

- 1 **Art. 16** São atribuições do Procurador-Geral de Justiça, como Chefe do Ministério Público:
(...)
IX - expedir recomendações funcionais, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público;
- 2 **Art. 37** São atribuições do Corregedor-Geral:
(...)
VIII - fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução;
- 3 **Art. 2º** -São atribuições da Procuradoria de Justiça Especializada em cada área de atuação:
(...)
XII -Recomendar providências e baixar orientações, sem caráter normativo, aos órgãos de execução;

cobrem dos estabelecimentos de saúde privados não conveniados ao SUS o registro obrigatório das internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos mesmo moldes das diretrizes da Portaria MS nº 758, de 9 de abril de 2020.;

III – a fim de possibilitar o acompanhamento das informações, que serão extraídas quinzenalmente do SIMP pela Procuradoria Especializada – Cidadania e Consumidor e encaminhadas à Corregedoria-Geral e ao Conselho Nacional do Ministério Público, registrem as medidas adotadas com fundamento nesta Recomendação Conjunta no sistema de eletrônico de controle processual com a seguinte classificação:

Área: Cidadania e Consumidor

Classe: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas (910031)

Assunto: Vigilância Sanitária e Epidemiológica (11853)

Campo Resumo do protocolo: digitar “Procedimento Administrativo instaurado para acompanhamento do censo hospitalar previsto na Portaria MS nº 758/2020”.

Cuiabá/MT, 29 de maio de 2020.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

HÉLIO FREDOLINO FAUST
Corregedor-Geral do MPMT

EDMILSON DA COSTA PEREIRA
Procurador de Justiça
Defesa da Cidadania e Consumidor